



*Documentos
Técnico -
científicos*



INDUSTRIALIZAÇÃO DO NORDESTE E (DES)REGIONALIZAÇÃO

Lívio Andrade Wanderley

*Doutor em Administração de Empresas pela
Escola de Administração de Empresas da
Fundação Getúlio Vargas (São Paulo) e
Professor do Curso de Mestrado em Economia da
Universidade Federal da Bahia (UFBA)*

Resumo: *O artigo versa sobre o desenvolvimento industrial da Região Nordeste e apresenta alguns recortes ligados à questão regional. A referência analítica dá-se a partir dos conceitos de (des)regionalização, no âmbito de uma interpretação do tão citado termo globalização, também apresentando uma leitura sobre a recente industrialização regional e sobre a possibilidade de uma rearticulação locacional da indústria no País. Como resultado, é formulada uma tipologia para a Região, através de algumas categorias industriais (especializada, tradicional, distrital e turística). Concluindo, é sugerida a necessidade de se repensar o Nordeste segundo a emergência de novas estratégias de desenvolvimento regional.*

Palavras-chave: *Desenvolvimento Industrial; Integração Econômica; Inovações Tecnológicas; Brasil-Região Nordeste.*

Este texto envolve os conceitos de (des)regionalização associados à compreensão do termo globalização, tendo como referência analítica a economia nordestina. É apresentada uma interpretação sobre a recente industrialização desta Região, bem como de seu perfil quanto à hipótese de um novo surto de expansão da economia brasileira. Assim, em razão da emergência de uma reestruturação do processo produtivo e da rearticulação da indústria nacional, pretende-se fazer uma análise a fim de posicionar a Região Nordeste nesta nova realidade econômica.

1 (DES)REGIONALIZAÇÃO INDUSTRIAL: ASPECTOS CONCEITUAIS

A (des)regionalização da indústria está associada ao conceito de integração, que se caracteriza segundo duas óticas: a natureza da integração regional, a qual se situa através da intra-regionalidade (regionalização) ou da inter-regionalidade (desregionalização), e que são compatíveis com estratégias de desenvolvimento autônomo e interdependente, respectivamente; e o objeto da integração, que se prende à questão industrial, pois pretende-se analisar a sua natureza regional.

A desregionalização vista no âmbito mundial é comumente associada a internacionalização. Alguns a relacionam com a globalização, pois integra os aspectos diferenciados baseada em relações comerciais, fluxo de capital, infra-estrutura, etc. Contudo, a globalização é aqui tratada considerando a análise dos mutáveis e complexos padrões de regionalização e desregionalização da indústria, para que se possa precisar sua natureza (STORPER, 1994, p.13)⁽²⁰⁾. Desta forma, a questão deve ser enfocada através das relações de interdependência entre a intra e a inter-regionalidade da indústria, pois uma atividade pode ser desregionalizada e ser atraída por determinado local estranho à sua origem, em razão de recursos específicos e/ou de certas economias de aglomerações (especialização, aprendizado, estruturas institucionais, etc.), tornando-se, então, regionalizada. Assim, evidencia-se a relevância da existência de sinergias entre a (des)regionalização da indústria, gerando sistemas produtivos de localização globalizada*.

* Uma amplitude do termo globalização no âmbito da economia regional e urbana prende-se à análise integrada dos conceitos de territórios arquipélagos (FERRÃO: 1992)⁽⁷⁾ e territórios redes (VELTZ: 1992)⁽²¹⁾.

É importante destacar que a compreensão da integração econômica e do caráter industrial da integração regional dependem da caracterização da divisão do trabalho, da especialização e da distribuição geográfica da indústria. Isto implica a definição do mercado (intra)inter-regional que, apesar de ser um agente econômico importante, tem o seu alcance no processo de integração industrial limitado à mediação de preços, que é uma variável de curto prazo.

A questão do desenvolvimento e suas implicações em relação à (des) regionalização, especialmente em economias retardatárias, fundamenta-se através de um marco teórico que inclui algumas interpretações que dão suporte ao processo de industrialização e à natureza da integração regional*. Uma referência analítica que justifique a industrialização integrada inter-regionalmente envolve o resgate da teoria marxista, pois ela fornece elementos para o estudo da integração econômica de uma região capitalizada com outra descapitalizada, analisando a reprodução do capital produtivo.

Para a análise de uma economia subordinada à lógica do capital, é consensual que o seu entendimento envolva o processo de formação do mercado, o qual apóia-se na teoria da realização, que incorpora a tese da acumulação às expensas da tese consumista. Assim, a análise da reprodução ampliada mostra que a dinâmica da acumulação de capital depende da realização da mais-valia em meios de produção. Isto evidencia a argumentação de que existe uma maior vinculação do mercado interno com o capital constante (bens de capital e intermediários) do que em relação aos bens de consumo final. Não obstante, isto não implica uma separação total entre estas duas formas de consumo; o que ocorre é uma certa independência do mercado interno em relação ao crescimento do consumo individual, pois o capitalismo visa mais o consumo produtivo (MARX, 1984, Livro 2, v. 2, cap.1)⁽¹⁴⁾.

Diante desse referencial, a questão regional é reavaliada tanto em sua existência teórico-conceitual, quanto em uma realidade concreta, privilegiando-se a idéia de espacialidade associada, no sentido econômico, com a desregionalização. Assim, uma interpretação que esclarece a discussão sobre a questão da desregionalização, sob a ótica da dinâmica do capital, (OLIVEIRA, 1978; GUIMARÃES NETO, 1989)^(15, 9), baseia-se na caracterização regional a partir da especificidade da reprodução econômica, que evidencia as transformações sociais da realidade.

* A compatibilidade com a integração intra-regional envolve a teoria do equilíbrio (estabilidade e circularidade do mercado, simultaneidade e multiplicidade dos investimentos, e uma estrutura industrial planejada) e a teoria de Hirschman (*linkages* e margem de tolerâncias: estratégia de desenvolvimento endógena segundo os recursos e aptidões empresariais latentes das regiões atrasadas). A referência inter-regional é compatível com a teoria de Perroux (pólos de desenvolvimento: tipologia de espaço abstrato sustentada em relações de interdependência de diversos fenômenos de caráter econômico, social, institucional e político).

Dessa forma, a fundamentação das relações intra-regionais, inter-regionais, ou internacionais, é definida segundo o estágio do capital. Sob a égide da economia mercantil, o capital comercial lidera o processo de reprodução, implicando, em nível de relações comerciais, a integração de regiões diferenciadas em um mesmo sistema de comércio, que se reduz a um espaço mercantil unificado, mantendo-se a autonomia regional e o atributo da regionalização econômica*. Já numa economia capitalista propriamente dita, em que as relações se baseiam no capital produtivo, temos uma propagação e um aprofundamento do capitalismo no interior de cada região, gerando um sistema produtivo integrado ou espaço produtivo unificado entre as regiões inter-relacionadas. Isto ocasiona, então, a perda de identidade enquanto especificidade regional, a qual é resultante de um processo de homogeneização e hierarquização do capital, pois este processo pauta-se na hegemonia de uma determinada região mais capitalizada em relação a outra, à medida em que haja uma interação e aprofundamento da produção capitalista nos espaços diferenciados.

2 FORMAÇÃO HISTÓRICA DA INDUSTRIALIZAÇÃO DO NORDESTE

A formação histórica da economia nordestina, no contexto nacional, apóia-se em três estágios: isolamento, articulação e integração (GUIMARÃES NETO, 1989; WANDERLEY, 1994)^(9, 22). O QUADRO 1 apresenta os principais aspectos destes estágios no que tange ao processo de reprodução do capital, em seu viés mercantil e produtivo, à especialização da produção, e ao mercado.

QUADRO 1
ESTÁGIOS DA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO NORDESTE E PERFIL DO CAPITAL, DA PRODUÇÃO E DO MERCADO

CRITÉRIOS	ESTÁGIOS		
	Isolamento	Articulação	Integração
Capital	Mercantil	Mercantil	Produtivo
Produção de Bens	Consumo não Durável	Consumo Durável e não Durável	Intermediário
Mercado	Internacional	Nacional	Nac./Internac.

FONTE: GUIMARÃES, 1989⁽⁹⁾ e WANDERLEY, 1994⁽²²⁾

* Apesar das pressões comerciais induzirem a mudanças em cada região, estas ocorrem endogenamente e são resultado da ação do capital local.

O estágio do isolamento situa-se, em nível de Brasil, no modelo agrário-exportador, pois a economia era pontualizada na especialização de determinados produtos (açúcar, algodão, etc.), os quais formavam ilhas atreladas à economia internacional, caracterizando um espaço mercantil unificado com o exterior.

No estágio da articulação comercial predomina o capital mercantil nacional, como processo de integração inter-regional através da formação do mercado interno, sendo que três fases podem ser identificadas neste estágio. Uma primeira fase prende-se à demanda de mercados nacionais para o escoamento dos produtos primários nordestinos, pois a crise do setor externo obrigou os produtores do Nordeste a explorarem o mercado do Sudeste, resultante da valorização do café. Assim, verifica-se uma nova dependência da Região, pelo deslocamento da subordinação da produção, passando da esfera da realização internacional para a nacional.

A segunda fase, a intermediária, inicia-se com a crise do café e se constitui na incipiente industrialização do Sudeste, implicando na procura de mercados regionais brasileiros, gerando, assim, uma inversão no impulso da articulação mercantil no País. Assim, o Nordeste é alcançado duplamente, seja enquanto fornecedor de alguns bens de consumo final para o Sudeste, seja enquanto supridor de seu mercado regional que passou a enfrentar a competição dos produtos do Sudeste. Ao término desta fase, encerra-se o ciclo da economia brasileira baseada no modelo de desenvolvimento agrário-exportador.

Finalmente temos a terceira fase, a de consolidação, que se insere no processo de desenvolvimento industrial brasileiro e se caracteriza pela maturação do mercado interno, inicialmente através da indústria leve, e depois através da indústria pesada. O período da indústria leve (1930-55) teve como implicação principal da articulação inter-regional a hegemonia do capital produtivo industrial em relação ao capital comercial*, muito embora esta

* Apesar da formação do espaço mercantil unificado nacionalmente, baseado em bens de consumo, ocorreu um aumento mais que proporcional do setor de bens de produção, gerando um movimento endógeno de acumulação. Isto criou condições para o aprofundamento da integração do mercado nacional, propiciando a sua maturação apoiada na indústria pesada.

integração tenha sido fundamentada em bases comerciais, não ocorrendo uma realocação do capital produtivo do Sudeste para o Nordeste. Desta forma, não houve uma mudança estrutural na atividade produtiva nordestina, ocorrendo, sim, uma diversificação do consumo com os produtos oriundos do Sudeste.

O período da indústria pesada é, na verdade, a ante-sala do estágio da integração produtiva. Este período se inicia a partir de 1956, e compreende duas fases: uma de expansão (1956-1961), através do Plano de Metas, e outra de recessão (1962-1967), que se intensifica com um ajuste de curto prazo através do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). A fase de crescimento caracterizou-se pelo aumento da capacidade produtiva das indústrias de bens de produção e de consumo durável. Em termos de País, este processo de industrialização pesada ocorreu de forma bastante concentrada espacialmente na Região Sudeste, ficando o Nordeste fora do processo acumulativo. Na fase recessiva, inicia-se um novo ciclo de desenvolvimento regional, através de uma mudança qualitativa nas relações inter-regionais. Este fato foi resultado da transferência de capital produtivo do Sudeste para o Nordeste, redefinindo, assim, uma nova estrutura de produção industrial e de articulação econômica entre as regiões. Portanto, a forma de integração baseada no capital comercial, a partir de regiões individualizadas, é substituída pela formação de um sistema produtivo integrado hierarquicamente em nível nacional.

É na década de 60 que se inicia o estágio da integração produtiva*, impulsionado pela conjuntura da economia brasileira, pois perpassam pelo declínio econômico da primeira metade deste período os incentivos fiscais e financeiros patrocinados pelo Estado. Como a recessão atingiu o pólo industrial do Sudeste e, em virtude de seu grande potencial de acumulação, gerou-se a necessidade de realocação espacial de seus investimentos que foram incentivados pela SUDENE, daí parte deles dirigir-se para o Nordeste. Na fase do *milagre econômico* (1968-1973), o processo de integração inter-regional apoiou-se na conjugação de fatos como a captação de recursos externos (Resolução 63), a diversificação institucional dos incentivos aos investimentos, e o quadro estrutural do sistema produtivo brasileiro. A alavanca estrutural da integração produtiva envolveu um alto poder de acumulação e concentração de capital (monopólios e oligopólios) sediado no Sudeste, estimulado pela ação do Estado como investidor e financiador.

* Ajudado pela infra-estrutura de transportes (malha rodoviária e indústria automotriz) e comunicações, esse estágio se estende também para as demais regiões brasileiras.

Assim, esses fatos asseguraram a rentabilidade do capital investido, a hegemonia do capital do Sudeste no Nordeste, e o domínio da exploração de recursos naturais desta região (GUIMARÃES NETO, 1989, p.154)⁽⁹⁾. Desta forma, verifica-se que o planejamento e a implementação de políticas de desenvolvimento regional no País, em seus perfis tomados durante o *milagre*, consolida o atrelamento da Região Nordeste à estrutura industrial do Sudeste. Visando a especialização na produção de bens intermediários, no fim do anos 60 realizaram-se projetos de implantação de pólos petroquímico e cloroquímico e de complexos industriais, os quais definiram a marca do desenvolvimento industrial nordestino a partir da década de 70.

O período *pós-milagre* (1974-1980) iniciou-se com a crise externa do petróleo, e, internamente, o País não restringiu a sua produção, optando por um caminho anticíclico (investimento com endividamento) em relação ao declínio da produção mundial. Esta opção se traduziu no 2º Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que se definiu num ambicioso programa de investimentos apoiado no Estado e no capital estrangeiro, verificando-se, então, a continuidade do crescimento, muito embora com menor dinamismo do que no período anterior. Assim, entra em cena a desconcentração industrial e, em conseqüência, a discussão sobre a reversão da polarização do desenvolvimento no País. No Nordeste, um fator que motivou esta desconcentração, além dos incentivos do Estado e da estrutura da indústria nacional, foi a dotação de recursos naturais, que se constituía num elemento chave para a integração inter-regional e a expansão do processo de acumulação de capital no Brasil (POLARI, 1993, p.329)⁽¹⁷⁾.

Ao fim da década, já estavam em curso vários projetos do 2º PND, e diante de fatos como o novo choque do petróleo, a alta dos juros externos, a queda nos preços de bens exportáveis, a recessão internacional, e o fim do crédito externo, encerrou-se, em 1981, o período de expansão iniciado em 1967. Para os anos 80, registra-se uma redução da atividade coincidindo com a crise do Estado, que tornou-se incapaz de avaliar e fomentar as condições necessárias para o redimensionamento da acumulação de capital.

O Nordeste, no período 1960-89, registrou empiricamente uma configuração de crescimento econômico igual à do País, ratificando o estágio da integração produtiva. Isto prende-se à expansão do Produto Interno Bruto (PIB), para 1960-80, de 7,1% na Região e 7,3% no País; para 1970-79, de 10,1% na Região contra 8,7% no País (GUIMARÃES NETO, 1989, p.171)⁽⁹⁾; e entre 1960-89, a Região e o País cresceram anualmente a uma taxa média

de 6,4% e 6,0%, respectivamente, ressaltando-se o setor terciário como o de maior crescimento, com 8,2%, contra 7,0% da indústria e 3,1% da agropecuária (LIMA, 1993, p.303)⁽¹²⁾. No intervalo de 1965-80, observou-se uma relação entre investimento e PIB de 25,1% no Nordeste contra 21,8% no País, dos quais a origem institucional dos investimentos evidenciou a importância do Governo na Região e a maior participação do setor privado no País, pois esta relação se deu com a seguinte distribuição: do Governo, a Região registrou 10,8% contra 3,5% no País; e do setor privado, a Região ficou com 14,2% e o País com 18,3% (SOUZA, 1988, p.27)⁽¹⁹⁾.

Em relação aos indicadores sócio-econômicos, o Nordeste registrou uma melhoria em sua renda per capita, com crescimento anual de 1,1% em 1960-70, 6,4% em 1970-80, 2,6% em 1980-89 e 3,3% em 1973-89, superando, assim, as taxas para o Brasil (exceto em 1960-70 que o País registrou 3,2%) nos outros três respectivos períodos, que foram de 6,0%, 0,3% e 2,1%. Isto implicou numa evolução da renda per capita de 52,4% em 1960, 49,3% em 1969, 54,2% em 1979 e 66,3% em 1989 (POLARI, 1993, p.334-335)⁽¹⁷⁾. Não obstante, a integração produtiva que introduziu avanços nas técnicas de produção e nas relações de trabalho, propiciando um aumento de produtividade, não solucionou a problemática do desemprego, pois a industrialização desarticulada intra-regionalmente refletiu uma heterogeneidade no mercado de trabalho.

Outros dados que reforçam a mudança da estrutura produtiva apóiam-se na análise da natureza da industrialização regional, como por exemplo, em relação ao País, quando a Região registrou, no período de 1970-80, maiores taxas de crescimento do Valor da Transformação Industrial (VTI) das indústrias de bens de produção (intermediário e de capital) em detrimento das de bens de consumo, com 71% e 33%, respectivamente. Em nível de estados, o que mais se destacou foi a Bahia que, nos três intervalos censais (1970 a 1985), especializou-se em bens de produção (WANDERLEY, 1994, p.67-71)⁽²²⁾. Juntam-se à Bahia os estados de Pernambuco e Ceará como os de maiores atividades produtivas, pois segundo os incentivos da SUDENE, dos US\$ 6,7 bilhões liberados durante 1963-90, 29,4% destinaram-se à Bahia, 17,5% à Pernambuco e 16,0% ao Ceará, totalizando 62,9% (LIMA, 1993, p.304)⁽¹²⁾. Os dados da TABELA 1, a seguir, ratificam a mudança na estrutura da produção industrial nordestina, pois mostram uma nítida redução da produção na indústria de bens de consumo, acompanhada por um significativo avanço da produção na indústria de bens intermediários, indicando a importância na indústria de bens de capital.

TABELA 1
NORDESTE
ESTRUTURA RELATIVA DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO
INDUSTRIAL (VTI), POR GRUPOS DE INDÚSTRIAS PARA O PERÍODO
DE 1949 A 1985

Grupos da Indústria de Transformação	ANOS (%)					
	1949	1960	1970	1975	1980	1985
Bens Intermediários	16,2	31,1	34,9	41,9	45,0	49,2
Bens de Capital	1,3	3,2	7,7	11,5	11,5	9,8
Bens de Consumo	82,5	65,7	57,4	46,6	43,5	41,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: SOUZA (1988, p. 31)⁽¹⁹⁾ e WANDERLEY (1994, p. 265)⁽²²⁾ para 1980 e 1985.

Diante desse quadro, verifica-se um processo de industrialização do Nordeste calcado na indústria de bens intermediários e com uma evolução da produção similar à da economia nacional. Isto caracteriza a integração produtiva e ratifica a referência à desregionalização da indústria, a qual apoiou-se no processo de transição da inter-regionalização do espaço mercantil para a inter-regionalização do espaço produtivo, que foi descrito nesta seção.

Efetuada uma análise histórica, segundo uma interpretação marxista, sobre a dinâmica da industrialização nordestina no âmbito da integração nacional, faz-se necessário desenvolver uma reflexão com base em outro referencial analítico, já que, atualmente, apresentam-se novas configurações produtivas que condicionam o desenvolvimento industrial em nível regional, implicando, assim, em nível nacional, uma rearticulação da indústria no País. A compreensão de uma nova dinâmica a ser seguida pela Região, sugerida mais adiante através de uma tipologia industrial, é tratada segundo argumentos de base neo-schumpeteriana, além de uma análise que envolve aspectos da (re)construção conceitual do modelo de desenvolvimento endógeno (AMARAL FILHO, 1995, p.590-609)⁽²⁾.

3 NORDESTE E RECONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL

Esta seção situa-se no âmbito do processo de reestruturação do sistema produtivo e trata de uma exposição sobre a polarização locacional da industrialização no País, fazendo uma reflexão sobre a posição do Nordeste. A economia está hoje diante da emergência de uma nova configuração da atividade e do desenvolvimento econômico. Isto resulta em novos padrões de produção, de gestão e de distribuição, que mudam a estrutura industrial verticalizada e as relações de trabalho e introduzem um novo recorte de análise regional (local e global). Assim, viabiliza-se uma reflexão sobre a reconstrução teórica das estratégias de localização industrial e de desenvolvimento regional.

O capitalismo integra, em seu processo de reprodução econômica, a inovação tecnológica incremental e radical*. A introdução das novas tecnologias prende-se a uma mudança radical na estrutura produtiva, com reflexos em variados segmentos de análise da economia (intra e interfirma, localização da atividade, etc.). Neste contexto, a análise do desenvolvimento no País exige, atualmente, como referência maior para a definição da localização industrial e do seu perfil quanto à integração intra e inter-regional, os condicionantes qualitativos da regionalização da pesquisa, do aprendizado, da informação, e da capacitação empresarial, os quais são atributos da discussão sobre a reconstrução do conceito de desenvolvimento endógeno**.

O enfoque regional desse conceito pode ser concebido como "... o processo de ampliação contínua da capacidade de absorção interna da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões" (AMARAL FILHO, 1995, p. 591)⁽²⁾. Isto define, de forma não excludente, duas estratégias de desenvolvimento regional:

* A inovação radical refere-se a uma ruptura nos padrões das relações técnicas, gerando tanto o incremento de produtividade quanto a introdução de novas configurações produtivas, caracterizando o que muitos denominam de novas tecnologias. E a inovação incremental prende-se à gradualidade e proporcionalidade na mudança dos coeficientes técnicos e no aumento da produtividade, sem que ocorra uma alteração na estrutura produtiva.

** Nessa discussão, apreendem-se dois enfoques, um referente à economia regional e outro à teoria macroeconômica. Esta foi introduzida pelos novos clássicos com a endogeneização em modelos de crescimento de certos fatores (tecnologia, capital humano, instituições de pesquisa, etc.), que eram tradicionalmente considerados exógenos.

- a) **a partir do local**, que podemos caracterizar através de distritos industriais regionalizados, constituídos de pequenas unidades produtivas e geradores de economias externas;
- b) **a partir do centro para o local**, que se baseia em planejamentos conduzidos ou apoiados pelo Estado e que se caracteriza por um dado padrão de concentração do capital, podendo ser associado aos grandes projetos industriais, como os pólos petroquímicos e cloroquímicos, alguns complexos agroindustriais e centros de indústrias implantados em determinados locais.

Nesse contexto, temos que a endogeneização de atributos qualitativos define, no âmbito regional do Brasil, de um lado, o Centro-Sul*, que possui um *background* para a retomada da expansão econômica, e, de outro, as demais regiões, que apesar de terem participado do estágio da integração produtiva, não se estruturaram através da regionalização da pesquisa, do treinamento profissional e da distribuição da renda. Assim, com a estabilização econômica, um novo ciclo expansionista deverá ocorrer, envolvendo a questão da reconcentração industrial em nível nacional, o que implica a tendência da aglomeração da indústria em áreas do Centro-Sul. Esta tendência está associada "... à existência de uma rede urbana dotada de serviços básicos, infra-estrutura de ensino e pesquisa e alguma base industrial, além do maior nível relativo de renda destas regiões. Este processo tenderia a atingir as cidades do interior do próprio Estado de São Paulo, Sul e Triângulo de Minas Gerais ..., podendo-se estender, no sentido norte, para a Região Central de Minas Gerais" (DINIZ, 1993, p. 39)⁽⁶⁾.

Assim, verifica-se a exclusão das demais regiões nesse novo ciclo de expansão econômica. Isto se explica através do próprio movimento do grande capital, que visa a acumulação pela acumulação, tendendo, portanto, a se concentrar nas áreas mais atrativas para a consecução deste objetivo. Outra explicação é a natureza da integração produtiva com o processo de reversão da polarização iniciado na década de 70**, pois a desconcentração da indústria em nível macroespacial não foi acompanhada de uma mudança no padrão de concentração do capital no Sudeste.

* As áreas dinâmicas se localizam em algumas sub-regiões e centros metropolitanos de estados do Sudeste, Sul, e Sul de Goiás.

** Uma interpretação contrária à tese da reversão da polarização industrial no País encontra-se em AZZONI (1986)⁽³⁾.

A desconcentração industrial se expressa através da participação na formação do PIB do País em três níveis: inter-regional, com maiores intensidades nas macroregiões Norte (Amazônia), Nordeste, Centro-Oeste e Sul; intra-regional, através de uma redução na participação em suas respectivas regiões de São Paulo e Rio de Janeiro, no Sudeste, e Rio Grande do Sul, na Região Sul; e intra-estadual, segundo a Área Metropolitana de São Paulo e Porto Alegre, que reduzem a sua participação relativa em relação às suas sub-regiões do interior (GUIMARÃES NETO, 1993, p.346-347)⁽¹⁰⁾. Este processo de reversão da industrialização deve-se às deseconomias de aglomeração dos centros metropolitanos de São Paulo e Porto Alegre, e do conjunto de forças tratados ao longo do texto, como o papel do Estado, os recursos naturais, a inter-regionalização do espaço produtivo, e a unificação nacional do mercado.

A qualificação dessa polarização reversa envolve a manutenção dos centros de decisão no Sudeste e, especialmente, em São Paulo, caracterizando-se num processo de desconcentração concentrada em nível de economia brasileira. Analisando o papel desempenhado pelos grandes grupos econômicos e pelas maiores empresas (independentes ou pertencentes aos grandes conglomerados), constatou-se que, em relação "... aos grandes grupos econômicos, não se registrou, quanto à localização de sua sede, qualquer deslocamento espacial que sugerisse a presença de processos de desconcentração." (GUIMARÃES NETO, 1993, p.348)⁽¹⁰⁾; já no que tange às grandes empresas, verificou-se a sua presença nas regiões menos industrializadas e, em especial, no Nordeste. A TABELA 2 comprova esta situação, pois no intervalo de 1978-90 o Sudeste manteve a sua hegemonia nos grandes grupos econômicos em número e receita; o Nordeste não se altera em número, mas destaca-se a Bahia, que proporciona o aumento de receita devido ao aumento do número de grupos implantados. Quanto às empresas, verifica-se, entre 1975-90, em relação à participação relativa, uma elevação na Região Nordeste e nas outras regiões, e uma redução no Sudeste.

Assim sendo, verifica-se que o estágio da integração produtiva pautou-se na desconcentração concentrada do capital, pois além de não alterar o seu padrão de concentração regional, manteve intacta a divisão regional do trabalho, já que, historicamente, patenteou-se o Sudeste como fornecedor de capital e o Nordeste, de mão-de-obra. Desta forma, este tipo de industrialização nordestina caracterizou-se pela desregionalização especializada e segmentada, segundo determinados subsetores de insumos intermediários e sub-regiões do Nordeste.

TABELA 2
GRANDES GRUPOS ECONÔMICOS, MAIORES EMPRESAS,
REGIÕES E ESTADOS

REGIÕES E ESTADOS	GRUPOS ECONÔMICOS ¹				EMPRESAS ²	
	Número (Abs.)		Receita (%)		Número (%)	
	1978	1990	1978	1990	1975	1990
NORDESTE	7	7	5,3	11,2	6,0	14,2
Bahia	1	7 ⁽³⁾	1,1	7,9	-	-
Outros ⁽⁴⁾	6	-	4,2	3,3	-	-
SUDESTE	81	82	84,5	79,8	84,5	63,8
São Paulo	48	58	54,8	62,1	-	-
Outros ⁽⁴⁾	33	24	29,7	17,7	-	-
OUTRAS ⁽⁴⁾	12	11	10,2	9,0	9,5	22,0
TOTAL	100	100	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: GUIMARÃES NETO, 1993, p.349 -350⁽¹⁰⁾.

- (1) 100 Maiores Grupos Privados (Critério da receita líquida).
- (2) Dos 100 maiores grupos econômicos, não-financeiros e que integram a relação das 1000 maiores empresas (Critério de faturamento).
- (3) Em Pernambuco, a evolução manteve-se constante em 3 grupos e nos outros estados não há registro na fonte citada.
- (4) Nordeste (Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco), Sudeste (Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro) e outras regiões como o Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), o Centro-Oeste (Distrito Federal) e o Norte.

Esse processo de integração inter-regional, nas últimas décadas, tem sido a principal referência do desenvolvimento industrial no Nordeste. De acordo com a TABELA 3, registrou-se, para os anos 80, uma significativa queda dos indicadores econômicos que referendam a integração da indústria; contudo, ressalta-se o fato de o Nordeste superar o País, pois o crescimento médio do PIB total e industrial no intervalo de 1980-89, foi, respectivamente, de 4,4% a.a. e 1,8% a.a. na Região e de 2,2% a.a. e 1,3% a.a. no País; a

participação média da formação de capital no PIB atingiu a marca de 20,5% na Região contra 17,7% no País, e, especificamente no que tange à ingerência do Estado, constata-se, no Nordeste, o dobro do Brasil, com 10,0% e 5,0%, respectivamente, o que ratifica a sua importância na economia nordestina.

TABELA 3
BRASIL E NORDESTE
INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÔMICO
1960-1989

Períodos	Crescimento Médio do PIB (% a.a.)				Média da Relação (FBKF ⁽¹⁾ /PIB) (%)			
	BRASIL		NORDESTE		BRASIL		NORDESTE	
	Total	Indústria	Total	Indústria	Total	Estado	Total	Estado
1960-67	4,6	4,4	5,0	6,8	15,4	6,0	19,0	8,6
1967-73	11,1	13,1	6,8	8,7	19,7	8,1	25,2	10,5
1973-80	7,1	7,2	6,6	9,8	22,5	9,3	27,3	12,0
1980-89	2,2	1,3	4,4	1,8	17,7	5,0	20,5	10,0

FONTE: POLARI, 1993⁽¹⁷⁾

(1) Formação bruta de capital fixo.

Diante desse contexto, faz-se necessário efetuar algumas considerações sobre a perda de dinamismo da continuidade da desconcentração inter-regional da indústria no País. Os indícios que induzem à descontinuidade, pelo menos com a mesma natureza e intensidade de décadas recentes, deste modelo industrial baseado na desregionalização, especialização e segmentação, envolvem: a crise econômica da última década, que implicou na redução de incentivos, inversões diretas, e infra-estrutura por parte do Estado; a reestruturação tecnológica, que tende, por força de fatores qualitativos (ensino e pesquisa, parques tecnológicos, pessoal profissionalizado, etc.), a atrair novos empreendimentos para as regiões mais desenvolvidas do País; e o

perfil da distribuição de renda, em nível regional e pessoal, que favorece o Centro-Sul (DINIZ, 1993, p. 59)⁽⁶⁾.

É, portanto, em função destes e de outros aspectos que, atualmente, exige-se uma nova dimensão da base industrial, do mercado, da pesquisa e da mão-de-obra, possibilitando, assim, uma leitura baseada na reconcentração industrial da economia brasileira. Desta forma, verifica-se a necessidade de se redimensionar a estratégia de desenvolvimento para a Região, pois diante de sua fragilidade quanto ao dinamismo autônomo da acumulação de capital, faz-se necessário avaliar as políticas públicas (macroeconômicas, setoriais e compensatórias) e empresariais, visando resgatar o planejamento de médio e longo prazo para a Região*.

4 UMA TIPOLOGIA INDUSTRIAL

Em face da possibilidade de uma nova realidade econômica, resultante da rearticulação locacional da indústria no País, torna-se relevante para a Região Nordeste fazer referência a algumas estruturas, processos e propostas industriais já em curso, e a outras com potencialidades de dinamismo, as quais podem ser enquadradas nas discussões sobre as estratégias de desenvolvimento regional endógeno. Assim, podemos apresentar esta análise através de uma tipologia que situe algumas categorias industriais, segundo a natureza da integração regional - (des)regionalização -, associada com a origem do capital e com o seu mercado, bem como no contexto dos fluxos interindustriais (geração, difusão e absorção) de inovações tecnológicas**. Desta forma, as indústrias podem ser classificadas através das seguintes categorias***:

- a) **Especializadas:** são as indústrias produtoras de insumos intermediários, e que estão integradas segundo um espaço produtivo unificado entre as regiões inter-relacionadas, através do capital e mercado, estando, portanto, desregionalizadas. Os fluxos de inovações tecnológicas enquadram esta categoria industrial como intermedi-

* Uma análise que contribui para se reexaminar esta matéria em regiões periféricas, encontra-se em HADDAD (1990)⁽¹¹⁾.

** Para simplificar, não se racionalizam as inovações técnicas incrementais ou radicais, pois a análise desta diferenciação exigiria um maior aprofundamento analítico. Não obstante, apreendem-se as inovações organizacionais que se inserem no processo de reestruturação econômica e, especificamente, através de novas estratégias empresariais e industriais.

*** Esta classificação deve ser relativizada, em face de imbricações existentes em sua definição, exigindo-se, assim, uma maior investigação empírica para uma melhor precisão.

ária, pois admite-se a sua capacidade de geração, de difusão e de absorção de inovações. Como exemplo, temos os pólos petroquímico na Bahia, cloroquímico em Alagoas, integrado de base em Sergipe, químico-metalúrgico no Rio Grande do Norte, e minero-metalúrgico no Maranhão;

- b) **Tradicionais:** são indústrias que historicamente são identificadas com a Região Nordeste, que em geral têm atividades produtoras de bens de consumo final, bem como alguns complexos industriais que não foram enquadrados na orientação da industrialização segundo o estágio da integração produtiva das últimas décadas. Assim, podemos admitir que a natureza de sua integração regional é regionalizada em relação ao capital, (des)regionalizada, quanto ao mercado, em face de certos produtos como o açúcar, vestuário e outros terem demandas na própria Região, e também em nível nacional e internacional, caracterizando, então, uma integração baseada através de espaços mercantis unificados. Supõe-se que, neste tipo de indústria o perfil atual dos fluxos de inovações tecnológicas prende-se estritamente à absorção, sendo então uma indústria receptora. Exemplificando, podemos citar a agroindústria açucareira e o seu complexo sucroalcooleiro, o pólo têxtil e de confecções no Ceará, o complexo industrial portuário de SUAPE, em Pernambuco, e outras atividades agroindustriais;
- c) **Distritais:** são as que se reportam aos agrupamentos de micro, pequenas e médias empresas, compondo determinados complexos industriais identificados com a estrutura local de produção e mercado, sendo então indústrias regionalizadas. Quanto à inovação técnica, este tipo industrial caracteriza-se basicamente como receptora, muito embora, a depender da forma e estágio das relações interfirmas, podem-se admitir inovações organizacionais, não se prestando ainda à sua difusão, pois são atividades com variados perfis em sua organização, e que se supõem em fase de imaturidade. Os exemplos reportam-se às atividades de confecção (Sulanca) e pecuária no agreste de Pernambuco, à fruticultura no Rio Grande do Norte, aos projetos de desenvolvimento da pesca, do setor cerâmico, e de interiorização industrial (Proin) em Alagoas, e aos distritos industriais de Juazeiro e Petrolina;

- d) **Turísticas:** são atividades de grande potencial para a Região quanto à geração de renda e emprego. Como a atividade turística abrange os níveis regional, nacional e internacional, a natureza de sua integração regional enquadra-se na (des)regionalização em relação ao capital e ao mercado. Em relação aos fluxos de inovações tecnológicas, são indústrias intermediárias, pois determinados centros de lazer são capazes de criar inovações e, em conseqüência, difundilas para outras regiões. O turismo é uma atividade bastante absorvedora de inovações.

Assim, em tese, podemos visualizar esta tipologia segundo o QUADRO 2:

QUADRO 2
NATUREZA DA INTEGRAÇÃO REGIONAL E PERFIL
TECNOLÓGICO POR TIPO DE INDÚSTRIA NO NORDESTE

INDÚSTRIA	CRITÉRIO INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS					
	Capital	Mercado	Fluxos Interindustriais ⁽¹⁾	Geração	Difusão	Absorção
Especializada	Desregionalizada	Desregionalizada	Intermediária	+	+	+
Tradicional	Regionalizada	(Des)Regionalizada	Receptora	-	-	+
Distrital	Regionalizada	Regionalizada	Receptora	-	-	+
Turística	(Des)Regionalizada	(Des)Regionalizada	Intermediária	+	+	+

FONTE: Pesquisa direta e HADDAD (1990)⁽¹¹⁾

(1) A classificação dos fluxos interindustriais está baseada em HADDAD (1990)⁽¹¹⁾: intermediária (geração, difusão e absorção), receptora (absorção), e motora, que não consta neste quadro, pois trata-se de indústria produtora de novas tecnologias (microeletrônica, biotecnologia, etc.).

O enquadramento conceitual dessa classificação industrial, na discussão do modelo de desenvolvimento endógeno, pode situar-se nas indústrias especializada e tradicional, segundo as estratégias a partir do centro para o local. A especializada preenche os requisitos nos atributos do capital, do

mercado, e dos fluxos de inovações tecnológicas, e a tradicional, apesar de ser regionalizada quanto ao capital e não ser intermediária quanto à inovação técnica, preenche, como requisitos, a desregionalização do mercado e a concepção na alocação do capital, bem como a simples absorção de pacotes tecnológicos.

A indústria distrital se enquadra na estratégia definida como a partir do local, pois, além de ser regionalizada em termos de capital e mercado, trata-se de uma indústria receptora quanto à inovação tecnológica. Em relação à indústria turística, podemos situá-la em ambas as estratégias, pois apresenta atributos como a (des)regionalização do capital e do mercado, além de ser classificada como intermediária no que tange à inovação.

A base industrial do Nordeste, apoiando-se na existência de uma capacidade instalada e na sua caracterização quanto às categorias das indústrias, deve ser instrumento de análise visando encontrar alternativas de desenvolvimento regional. Mas, em face da dificuldade e da falta de informações para um estudo mais aprofundado sobre as potencialidades e perspectivas dessas categorias industriais, o que exigiria uma pesquisa de maior vulto, este texto limita-se, com base no QUADRO 2, a fazer algumas considerações, em caráter exploratório, sobre a referência regional de cada categoria, em termos dos recortes global e local.

Diante das características da globalização da indústria, que exige a prescrição de sinergias da atividade produtiva quanto aos fatores que envolvem a natureza da integração regional - (des)regionalização -, verificam-se indícios de globalização na categoria industrial especializada, pois esta situa-se como uma atividade desregionalizada, tendo sido atraída para determinados locais da Região Nordeste em função da exploração e do processamento da matéria-prima e dos incentivos fiscais e financeiros patrocinados pelo Estado, implicando um certo nível de regionalização, acrescentando-se, ainda, a sua capacitação na geração e difusão de inovações *high tech*.

A categoria de turismo apresenta-se também com características de uma atividade globalizada, pois, além de se prestar à integração intra e inter-regional, em níveis de capital e mercado, é uma atividade em que o local e o global são determinantes como força centrífuga e centrípeta, respectivamente, dando margem, ainda, no âmbito da atividade lúdico-econômica, à geração e difusão de inovações técnicas e organizacionais. Diante da disponibilidade de matéria-prima geográfica, da diversificação cultural da Região,

e da capacitação organizativa da comunidade, a viabilidade desta indústria na Região depende basicamente da decisão de uma política para o setor, onde se incluem mecanismos de incentivos, práticas de parcerias entre os governos e a iniciativa privada, etc.

As indústrias que se enquadram nas categorias de tradicional e distrital têm em comum tanto a regionalização, no critério de capital, quanto a condição de receptoras, nos fluxos interindustriais de inovações tecnológicas. Assim, nenhuma das duas contém, em suas configurações atuais, os atributos da globalização.

Apesar da indústria tradicional ser (des)regionalizada em relação ao mercado, são, em princípio, atividades cujo capital é regionalizado. Assim, o seu padrão de integração inter-regional da produção se dá basicamente através do mercado, sendo, portanto, uma condição necessária mas não um requisito suficiente para caracterizar um sistema produtivo globalizado.

A distrital pode ser referendada, em termos teóricos, segundo algumas características da indústria localizada de Marshall (MARSHALL, 1982)⁽¹³⁾, pois prende-se à formação de determinados distritos autônomos de pequena dimensão, à especialização em certas atividades, ao resgate das aptidões locais com o aproveitamento de seus produtos, à geração de conhecimentos específicos, e ao que podemos denominar, para os padrões da Região, de inovações *low tech*. Apesar da grande distância e diferença existente em relação às experiências já consolidadas em suas variadas formas em alguns países da Europa, podemos fazer um paralelo desta categoria industrial com o chamado modelo de especialização flexível baseado em inovações *high tech**. O êxito de indústrias do tipo distrital envolve uma análise sobre a adaptação regional, através das aglomerações empresariais de pequena escala, as quais devem criar eficiência coletiva e flexibilidade nas relações inter-firmas, bem como por uma avaliação da inserção do poder público em seus três níveis (federal, estadual e municipal) na implantação dessa categoria industrial.

* As principais características dessa estrutura industrial encontram-se em SCHMITZ (1991)⁽¹⁸⁾, CELESTE (1993)⁽⁴⁾, PECQUEUR (1993)⁽¹⁶⁾, GAROFOLI (1993)⁽⁸⁾ e COLLETIS, WINTERHALTER (1993)⁽⁵⁾.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto procurou evidenciar um processo de industrialização regional e a emergência de uma nova realidade para se pensar o desenvolvimento. Isto foi feito através da análise da indústria desregionalizada, especializada e segmentada, introduzida na Região Nordeste, da reestruturação econômica e dos impactos na reconcentração industrial do País, e de uma reflexão sobre as categorias industriais, segundo uma tipologia que as classifica em especializada, tradicional, distrital e turística. Diante da questão da globalização da atividade econômica, tratou-se de associar estas categorias industriais do Nordeste a partir da natureza da integração regional - (des)regionalização - e dos fluxos interindustriais de inovações tecnológicas.

Em face do aparecimento de novas configurações do sistema de produção, que priorizam a qualificação dos fatores produtivos, faz-se necessário repensar, em nível teórico, a questão regional, e, em particular, a Região Nordeste, a partir de uma nova estratégia de desenvolvimento regional. Isto deve ser feito segundo três níveis de análise (ALCOFORADO, 1995)⁽¹⁾: micro, que trata da reestruturação a partir da firma, gerando as forças centrífugas - implicando um processo de desintegração vertical - e enquadrando-se, neste caso, a possibilidade de reestruturação das indústrias especializada e tradicional; meso, que se apóia na especialização flexível, criando forças centrípetas e configurando, através de redes regionalizadas, as indústrias distrital e turística; e macro, através de novas formas de se repensar a ingerência pública, no âmbito da regionalização e desregionalização industrial.

Verifica-se, portanto, que a realidade atual para se pensar o desenvolvimento regional exige uma nova dinâmica da firma, da indústria, e da natureza das políticas econômicas. Isto implica a necessidade de se refletir sobre novas formas de organização da produção, integradas à discussão sobre a reconstrução do conceito de desenvolvimento endógeno, estando implícitos os atributos da dinâmica local e global.

Abstract: This paper analyses the industrial development of the Northeast of Brazil and presents some insights about regional questions. The analytical direction of this work is given from the concepts of deregionalization and regionalization through the so known term globalization, also presenting an analysis about the new industrialization of this region and about the possibility of a regional rearticulation in the industry as a whole. As a result, it is presented a typology for this region, through some industrial categories such as specialized, traditional, sectioned by districts

and turistic. To conclude, this paper suggests to rethink the Northeast of Brazil through an emergency of new strategies of regional development.

Key Words: Industrial Development; Economic Integration; Technological Innovations; Brazil-Northeastern Region.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALCOFORADO, Ihering G. *Uma aproximação à Sulanca: uma agenda de pesquisa*. Salvador: FCE/UFBA, 1995. Mimeografado.
2. AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento regional endógeno: (re)construção de um conceito, reformulação de estratégias alternativas (à guerra fiscal). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 23., 1995, Salvador. Anais... Salvador: ANPEC, 1995.
3. AZZONI, Carlos R. *Indústria e reversão da polarização no Brasil*. São Paulo: IPE/USP, 1986. (Ensaio Econômico, 58).
4. CELESTE, José L. Especialização flexível: uma alternativa promissora para o desenvolvimento econômico de regiões subdesenvolvidas. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 33, n.6, p. 34 - 41, nov./dez. 1993.
5. COLLETIS, Grabiél; WINTERHALTER, Felix. Considerações gerais sobre a territorialização da indústria alemã. *Ensaio Fundação de Economia e Estatística*, Porto Alegre, v.14, n.1, p. 76 - 93, 1993.
6. DINIZ, Clélio C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v.3, n.1, p. 35 - 64, set. 1993.
7. FERRÃO, João. *Serviços e inovação: novos caminhos para o desenvolvimento regional*. Lisboa: Celta, 1992.
8. GAROFOLI, Gioacchino. O exemplo italiano. *Ensaio Fundação de Economia e Estatística*, Porto Alegre, v.14, n.1, p. 49 - 75, 1993.

9. GUIMARÃES NETO, L. *Introdução à formação econômica do Nordeste: da articulação comercial à integração produtiva*. Recife: Massangana, 1989. (Estudos e Pesquisas, 57).
10. _____. O grande capital vai à periferia (regiões, conglomerados, grandes empresas e o Estado). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 21., 1993, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ANPEC, 1993.
11. HADDAD, Paulo R. Padrões locacionais das atividades de alta tecnologia: a questão dos desequilíbrios regionais de desenvolvimento reexaminada. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v.21, n.2, p. 224 - 85, abr./jun. 1990.
12. LIMA, Policarpo. Economia do Nordeste: tendências recentes das áreas dinâmicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 21., 1993, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ANPEC, 1993.
13. MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas, 1).
14. MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Economistas, Livro Segundo, v.2).
15. OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
16. PECQUEUR, Bernard. Sistema industriais localizados. *Ensaio Fundação de Economia e Estatística*, Porto Alegre, v.14, n.1, p. 26 - 48, 1993.
17. POLARI, Rômulo S. Nordeste no contexto da acumulação de capital no Brasil no período 1960-89. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 21., 1993, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ANPEC, 1993.
18. SCHMITZ, Hubert. Pequenas empresas e especialização flexível em países menos desenvolvidos. In: SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR, POLÍTICA INDUSTRIAL E TRABALHO (ALTERNATIVAS SUECA, ITALIANA E JAPONESA AO PARADIGMA FORDISTA:

ELEMENTOS PARA UMA NOVA DISCUSSÃO SOBRE O CASO BRASILEIRO), 1991, São Paulo. *Anais*. São Paulo: ABET, 1991. p. 151-187.

19. SOUZA, Aldemir do V. *Política de industrialização, emprego, e integração regional: o caso do Nordeste do Brasil*. Recife: SUDENE/SPE, 1988.
20. STORPER, Michael. Territorialização numa economia global: possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In: LAVINAS, Lena *et al.* *Integração, região e regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.
21. VELTZ, P. Hierarchies et réseaux dans l'organisation de la production et du territoire. In: BENKO, G. B.; LIPIETZ, A. (Ed.). *Les régions qui gagnent districts et réseaux: les nouveaux paradigmes de la géographie économique*. Paris: PUF, 1992.
22. WANDERLEY, Livio A. *Integração inter-regional da indústria e emprego no Nordeste*. São Paulo: EAESP/FGV, 1994. Tese de Doutorado.

Recebido para publicação em 27.11.95